

★ **continuação** Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. - Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	50.676	52.893
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.546)	(13.132)
(-) Fundo restrito	(2.616)	(2.192)
Dívida líquida	42.514	37.569
Patrimônio líquido	61.275	59.371
Total do capital	103.789	96.940
Índice de alavancagem	41%	39%

5. Caixa e equivalentes de caixa: Representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	2	2
Bancos	141	46
Aplicações financeiras	5.403	13.084
	5.546	13.132

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação média de 99,47% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2023 (98,80% em 31 de dezembro de 2022). A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. **6. Fundo restrito:** Representado por:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	2.616	2.192
	2.616	2.192
Ativo circulante	2	941
Ativo não circulante	2.616	1.251
	2.616	2.192

O fundo restrito representa aplicações financeiras atreladas ao rendimento do CDI. Esse saldo possui a utilização vinculada a contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e se faz necessário para cumprimento da cláusula de índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) do respectivo contrato. São remunerados a uma variação média de 95,80% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (95,50% em 31 de dezembro de 2022). **7. Contas a receber:** Representadas por:

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - faturados	571	53
Contas a receber - a faturar	2.657	2.432
Provisão para perda de crédito esperada	—	(53)
	3.228	2.432

Correspondem aos valores a receber do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mogi Mirim (SAAE), referentes aos serviços de tratamento de esgoto oferecidos pela Companhia. Essas contas a receber são registradas pelo valor nominal e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo. O prazo médio das contas a receber é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não existiam saldos de contas a receber dados em garantia. Em caso de inadimplência do consumidor final, o risco é do Poder Concedente. O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada reflete a provisão de 100% dos títulos a receber vencidos há mais de 180 dias. Adicionalmente, a Companhia também leva em consideração sua análise individualizada sobre a situação financeira de cada cliente. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou a baixa do título em aberto há mais de 180 dias e da provisão constituída. As contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas:		
Acima de 360 dias	—	53
	—	53
A vencer:		
Até 30 dias	3.228	2.432
	3.228	2.432
Provisão para perda de crédito esperada	—	(53)
	3.228	2.432

8. Ativo financeiro: Representado por:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo do investimento	85.185	85.094
Recebimentos	(115.373)	(95.414)
Ajuste pela taxa de retorno (i)	154.472	131.855
Impairment (ii)	(1.674)	(4.531)
Total	122.610	117.004
Ativo circulante	20.447	19.316
Ativo não circulante	102.163	97.688
	122.610	117.004

(i) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 18,44% ao ano (20,62% em 31 de dezembro de 2022), a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Companhia. (ii) O impairment é registrado levando em consideração as características de risco de crédito da operação, o segmento de atuação da Companhia, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas, indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação da Companhia e prazo remanescente do contrato de concessão. A atualização do impairment é feita de forma anual, em 31 de dezembro. O impacto na redução da provisão de impairment corresponde à redução da taxa de perda dada (LGD) de 22,44% em 2022 para 15,05% em 2023, fato este atribuído a dois fatores: (a) melhor substancial nos indicadores de risco de investimento (a evolução positiva desses indicadores influenciou positivamente no comportamento da dívida externa brasileira, proporcionando uma perspectiva mais otimista no pagamento das obrigações financeiras); e (b) ausência de qualquer registro histórico de inadimplência (default) no que diz respeito ao contas a receber proveniente do contrato de concessão. A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato de concessão até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão. A remuneração pelo investimento é atualizada anualmente pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC), conforme previsto em contrato. A remuneração também é composta por outros custos fixos (tarifa do investimento, volume ofertado, tarifa da operação e volume tratado). Em 31 de dezembro de 2023, a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$ 20.447 (R\$ 16.768 em 31 de dezembro de 2022). A parcela fixa é decorrente da receita de concessão que remunera o capital investido e a parcela variável é a receita de operação pelo volume de esgoto tratado. Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo de contrato quando incorridos e em fase de construção. Quando concluídos, são transferidos ao ativo financeiro. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$ 29.617 (R\$ 30.178 em 31 de dezembro de 2022), distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelo investimento nas obras conforme previsto nas obrigações contratuais. A movimentação do ativo financeiro é como segue:

Carlos Roberto Ferreira - Diretor Presidente

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	117.004	87.239
Adições	128	5.970
Baixas	(37)	(26)
Recebimentos	(19.959)	(16.768)
Ajuste pela taxa de retorno	22.617	22.496
Transferências (i)	—	20.467
Impairment	2.857	(2.374)
	122.610	117.004

(i) Referem-se às transferências do ativo de contrato para o ativo financeiro em decorrência da conclusão das obras. Em 2022, houve o encerramento das obras de ampliação da ETE e coletores de esgoto na cidade de Mogi Mirim/SP. A expectativa de realização da totalidade do ativo financeiro é como segue:

	2024	2025	2026
Após 2026	51.254	23.235	23.826
Total	122.610	24.295	24.295

9. Ativo de contrato: O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção do sistema de tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção, o ativo de contrato será classificado como ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2023, o ativo de contrato corresponde aos novos interceptores na cidade de Mogi Mirim/SP. A movimentação do ativo de contrato é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	1.131	19.677
Adições	604	1.921
Transferências (i)	—	(20.467)
Total	1.735	1.131

(i) Refere-se às transferências para o ativo financeiro em decorrência da conclusão das obras. Em 2022, houve o encerramento das obras de ampliação da ETE e coletores de esgoto na cidade de Mogi Mirim/SP. **10. Empréstimos e financiamentos:** Representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	1.131	19.677
Adições	604	1.921
Transferências (i)	—	(20.467)
Total	1.735	1.131

(i) Refere-se às transferências para o ativo financeiro em decorrência da conclusão das obras. Em 2022, houve o encerramento das obras de ampliação da ETE e coletores de esgoto na cidade de Mogi Mirim/SP. **10. Empréstimos e financiamentos:** Representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	3.997	4.174
Passivo não circulante	46.679	48.719
	50.676	52.893

a) O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal, em 3 de setembro de 2010, no montante de R\$ 35.063, tem como objetivo permitir à Companhia a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. Os juros e o principal são pagos mensalmente. Nesse contrato de financiamento, existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Companhia e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato. A Companhia assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"): • Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter a relação entre o saldo devedor e o PL na proporção de 80/20; • Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD em no mínimo 1,30, sendo o ICSD definido por: EBITDA (-) imposto de renda (-) contribuição social (-) investimento (+) empréstimos (+) aportes de capital (+/-) variação no capital de giro/amortização de principal + pagamento de juros e EBITDA definido por: Lucro líquido + Despesa (receita) financeira líquida + Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social + Depreciação e amortização + Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais; • Endividar-se até 1/12 do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a três prestações mensais imediatamente anteriores à data do endividamento; • Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30. b) O financiamento contratado com o Banco Santander Brasil S.A., em 16 de julho de 2018, na modalidade BNDES Giro, no montante de R\$ 2.000, tinha como objetivo a aquisição de sistema fotovoltaico e instalação do mesmo na Estação de Tratamento de Esgoto no município de Mogi Mirim. Em agosto de 2023, esse financiamento foi integralmente quitado. c) O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal, em 4 de abril de 2021, no montante de R\$ 29.306 tem como objetivo permitir à Companhia a ampliação e melhoria do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Mogi Mirim, complementando o projeto que foi contratado com a Caixa Econômica Federal em 2010. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 14 de setembro de 2021. Esse contrato tem um prazo de carência de 15 meses a partir da data de contratação. Após o prazo de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até janeiro de 2035. Nesse contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Companhia e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato. A Companhia assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"): • Manter o capital social subscrito em valor correspondente a, pelo menos, o valor da contrapartida, respeitada a correspondência "debt/equity" 86/14; • Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida considerando as informações financeiras dos últimos 12 meses (i) maior ou igual a 1,0 até a conclusão das obras e (ii) maior ou igual a 1,30 durante a fase de amortização do financiamento; • Endividar-se até 1/6 do seu faturamento bruto anual podendo contrair endividamento superior a esse desde que obtenha anuência prévia da Caixa; • Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o mínimo pactuado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu com todos os compromissos estabelecidos nos contratos. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	52.893	44.982
Captação de novos empréstimos e financiamentos	1.008	9.250
Juros incorridos no exercício	5.381	4.729
Amortização principal	(4.085)	(2.971)
Amortização juros	(4.537)	(3.113)
Apropriação do custo de transação	16	16
	50.676	52.893

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	2025	2026	2027	2028	Após 2028
	4.019	4.267	4.530	4.809	29.054
	—	—	—	—	46.679

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em

11. Partes relacionadas: Representadas por:

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar	37	3.180
Contas a receber	9	—
Custos/despesas operacionais	46	4.969
	(378)	(378)
31/12/2023	31/12/2022	
Contas a pagar	121	24
Contas a receber	24	2.253
Custos/despesas operacionais	145	3.521
	(297)	(297)

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 265 (R\$ 316 em 31 de dezembro de 2022), a título de remuneração de seus administradores, os quais não obtiveram nem concederam empréstimos à Companhia e não possuem benefícios indiretos significativos. A Companhia concede participação nos lucros e resultados (PLR) a seus colaboradores. O pagamento dessa participação está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O cálculo e a provisão contábil do PLR são atualizados mensalmente de forma que, os valores apurados, são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. O saldo de PLR a pagar em 31 de dezembro de 2023 e de R\$ 259 (R\$ 248 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo mencionamos os participantes e definição dos valores do PLR: **Participantes:** Os participantes nos resultados da Companhia são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano. Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado. **Valores:** Os critérios para definição dos valores do PLR são: metas individuais, metas departamentais e metas corporativas. Para cada meta, cargo e função, são atribuídos pesos específicos. **12. Tributos diferidos:** Representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	492	521
COFINS	2.266	2.401
	2.758	2.922
Passivo circulante	204	177
Passivo não circulante	2.554	2.745
	2.758	2.922

O Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), diferidos, são calculados tomando por base as receitas apropriadas ao resultado dos exercícios que não foram realizadas financeiramente. O recolhimento será efetuado à medida dos respectivos recebimentos, em conformidade com o estabelecido pelo critério fiscal adotado pela Companhia. **13. Provisão para ações judiciais:** Representada por:

	31/12/2023	31/12/2022
Contingências cíveis	13	13
	13	13

O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, cível, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas se a classificação da probabilidade de perda por parte da Companhia for provável. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte em outros processos que totalizam o montante de R\$ 20 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2022), com probabilidade de perdas definidas como possíveis, com base na posição de seus consultores jurídicos. Esses processos possuem as seguintes naturezas:

	31/12/2023	31/12/2022
Natureza	20	13
Reclamações trabalhistas	—	—
Reclamações cíveis	20	13
	20	13

A movimentação da provisão para ações judiciais está demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Complemento de provisão	13	13
	13	13

14. Patrimônio líquido: **14.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o valor do capital social integralizado é de R\$ 19.532 e está representado por 19.532 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

	Quantidade de ações	Participação direta no capital social
GS Inima Brasil Ltda.	12.501	64,00%
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	7.032	36,00%
	19.532	100,00%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **14.2. Reserva Legal:** A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2023, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R\$ 513 (R\$ 741 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, a reserva legal da Companhia atingiu 20% do capital social. **14.3. Reserva de lucros e reserva de lucros a realizar:** O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou Extraordinária (AGE). Em 31 de dezembro de 2023, os saldos totais das contas de reserva de lucros e lucros acumulados, no montante de R\$ 25.470, foram transferidos para a conta de reserva de lucros a realizar. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia transferiu o saldo total da conta de lucros acumulados, no montante de R\$ 10.563, para a conta de reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o total das reservas (reserva legal, reserva de lucros e reserva de lucros a realizar) atinge os montantes de R\$ 41.743 e R\$ 39.839, respectivamente, superando o capital social integralizado em R\$ 22.211 e R\$ 20.307, respectivamente. A Administração da Companhia avaliará ao longo do exercício a finalidade de 31 de dezembro de 2024 se o excesso será integralizado ao capital social ou será utilizado na distribuição de dividendos, estando em consonância com a Lei 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações. A avaliação da Administração será levada aos acionistas através de deliberação em Assembleia.

14.4. Dividendos: O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 30 de abril de 2022, conforme AGO, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 10.354. Em 27 de abril de 2023, conforme AGO, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 3.521. Em 5 de maio de 2023, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 13.516. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 4.969. **15. Receita líquida:** A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta	729	7.889
Serviços de construção	11.318	10.278
Tratamento de esgoto	19.959	16.768
Receita do ativo financeiro	2.658	5.728
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	34.664	40.663

	31/12/2023	31/12/2022
Deduções da receita	(170)	(141)
PIS	(785)	(651)
COFINS	(955)	(792)
	33.709	39.871